

Um alerta: esse pacote pode levar a inflação a 280%.

JORNAL DA TARDE

Segundo alguns economistas, os preços vão disparar em 1986.

A inflação do ano que vem será muito maior do que os 160% que o governo anuncia, qualquer que seja o índice adotado: o IGP da Fundação Getúlio Vargas, o IPCA da Fundação IBGE ou IQQ, como ironicamente sugerem economistas ligados à área financeira. (O IQQ é o Índice Que eu Quero, a ser utilizado sempre que a inflação se aproximar do número maldito de 14%, que já derrubou Dornelles e que foi expurgado em novembro, subtraindo 3,88% dos credores de obrigações com cláusula de correção monetária, carreando de uma só vez cerca de Cr\$ 12 trilhões para o Tesouro.)

As versões para o comportamento da inflação (e da economia) em 1986 pressupõem maiores dificuldades com os preços, a partir do pacote tributário em votação no Congresso. A menos que as autoridades decidam importar mais e exportar menos (o que se poderia desprender de declarações dos assessores de Dilson Funaro), mesmo com o enfraquecimento do superávit comercial e de dificuldades renovadas com os credores.

O economista José Augusto Arantes Savasini, ex-superintendente do Ipea e diretor econômico do Banco Noroeste, trabalha com 270% de inflação para 1986. "No primeiro semestre, quando não existirá o impacto da restituição do IR, as pessoas físicas pagarão menos Imposto de Renda, o que irá aumentar a demanda, que já está aquecida. Isto não ocorreria caso se mantivesse o IR na fonte. Conjugando com o problema da safra agrícola, há mais fogo na fogueira".

— Quando se fala em inflação, é preciso explicar bem do que se fala: se é aumento de preços ou do índice — critica Marcel Solimeo, diretor do Instituto de Economia Gastão Vidigal, da Associação Comercial de São Paulo.

Pressões

Prevendo entre 250 e 280% para 1986, Solimeo explica: "Acho que a inflação deve-se acelerar em função da pressão monetária, choques de oferta na área agrícola e pressões salariais, porque não acredito em cortes significativos dos gastos, além da elevação de impostos e das tarifas das estatais. Todos os fatores são de aceleração".

— Mas o índice é outra história — diz o economista da Associação Comercial. Os preços agrícolas devem caminhar acima dos demais. Mas com o IPCA reduz-se o peso do item alimentação, que passa a

32,85%, enquanto no INPC atual é de 46%. No IGP o peso seria maior que no IPCA.

Para prever 250% ou mais, Solimeo admite que o governo irá manter o controle de preços e não cairá "no clientelismo total por causa do ano eleitoral". Além disso, que não haja fatores supervenientes.

Savasini também teme que o IPCA se distancie do IGP numa fase inicial de aceleração inflacionária como em 1983. Nessa hipótese, haveria maiores problemas na taxa cambial, que equivaleriam a uma valorização do câmbio, que será da ordem de 3,88 pontos percentuais entre 15 de novembro e 15 de dezembro, por conta da substituição do IGP pelo IPCA, desestimulando as exportações.

— Do ponto de vista inflacionários — admite Solimeo —, aumento da disponibilidade de recursos nas mãos do consumidor num momento em que haverá falta de alimentos, e aumentos dos custos das empresas e das taxas de juros, tornam o pacote frustrante. Principalmente quando o governo anuncia que entra com Cr\$ 8 trilhões de sacrifício e pede Cr\$ 80 trilhões de sacrifício para a sociedade. O sacrifício deveria ser pelo menos equivalente.

Concepção errada

O economista Geraldo Gardinali, da FGV-São Paulo, parte do princípio de que o ritmo inflacionário já era perigoso antes mesmo do pacote, criticando "concepções erradas" das autoridades. Uma delas é a de que, restringindo o capital especulativo, as empresas vão investir mais em ativos fixos. "Ao contrário, as empresas tentarão proteger-se em estoques e mercadorias, principalmente no caso das pequenas e médias, já que as grandes têm menos flexibilidade. Só investirão quando tiverem confiança. Assim, crescerá a demanda por ativos de alta liquidez, mesmo que não sejam financeiros".

O economista considera um erro reduzir muito a rentabilidade dos aplicadores, ressaltando que o certo seria diminuir os custos para os tomadores, via redução de impostos.

Gardinali não concorda em que esteja havendo, este ano, uma inflação derivada de aumentos salariais reais (da ordem de 16,6% na média e 26,6% na massa salarial) em 1985. "Com a redução da capacidade ociosa — argumenta — o peso dos salários nos custos não cresceu, e chega a diminuir em muitos ca-

sos. Daí ser errado falar em aceleração da inflação sob o impacto dos salários. Se não houvesse o efeito do ganho da produtividade, a inflação já teria explodido. Mas mesmo a trimestralidade, que informalmente vem sendo aplicada há cerca de um ano, não provocou aceleração. Não houve impacto decisivo, a inflação vinha sendo administrável."

O economista da FGV-São Paulo afirma, porém, que agora a situação mudou: "Começa a faltar produto. Inicialmente, ocorre a fila, de três ou quatro meses, caso dos autos. Naturalmente isto poderia ser eliminado com aumento de preço. O preço regula a oferta e a demanda. A exacerbação da demanda está decorrendo de que a perspectiva é de alta dos preços superior à dos juros pagos aos aplicadores. Chegava a compensar fazer uma dívida para comprar um carro. O importante aí é comparar o custo de oportunidade. Daí a conveniência de empatar dinheiro antes que uma nova fórmula venha a distorcer o rendimento".

Safra

Um dos principais problemas para 1986, concorda, está na safra agrícola, que já seria escassa mesmo sem computar os efeitos da seca na época do plantio, nas últimas semanas. "Haverá grandes pressões no arroz, no milho, na carne. Os fazendeiros preferirão comprar gado a manter os recursos aplicados. Já está havendo falta de outros produtos como frango e carne de porco. Com o milho mais caro, os efeitos altistas vão prosseguir."

A diminuição do IR na fonte em 1986 será um fator a mais para estimular a inflação. "Vai-se criar uma imprudência. Caindo a incidência na fonte à metade, por exemplo, isto significa aumento imediato do poder aquisitivo até o final do ano, quando as pessoas voltarão a ser devedoras." Efeito inflacionário, segundo o economista, virá também do aumento do imposto para empresas: "Com o mercado retraído, poderia-se até não conseguir o repasse. Mas quando a demanda é inelástica, o repasse é imediato. E com a demanda excitada, a probabilidade de repasse é muito grande porque o mercado tende a sancioná-lo".

Gardinali, para quem a inflação está na casa dos 11% ao mês (cerca de 250% ao ano), considera que as causas básicas da alta dos preços são mais profundas que as

determinadas pelo pacote em curso:

- 1) crise de confiabilidade no sistema financeiro;
- 2) crise de confiabilidade no rendimento, como resultado do expurgo;
- 3) aumento do poder aquisitivo real.

— Somando os vetores, há o efeito-preço, que reforça o estímulo à compra. Afinal, quem especulou com ativos, com bons resultados, tenderá a prosseguir na mesma linha. Esses efeitos, em síntese, são mais importantes que os do pacote. São mais sérios, em termos de ordem de magnitude. De qualquer forma, o pacote soma-se a isso.

Uma preocupação adicional do professor da FGV-São Paulo é de que a tentativa de conter a inflação via importações provoque deterioração nas contas externas.

Fábio Pahim Jr.